



**UNIVERSIDADE
KIMPA VITA**

08 - 05 | 2025

Assimetrias no processo de redistribuição da renda em Angola: uma análise comparativa entre a Região Norte e Sul no período de 2019 a 2023

Asymmetries in the process of Income Redistribution in Angola: A comparative analysis between the Northern and Southern Regions from 2019 to 2023

Alexandre Costa Sacala | Gilberto José Elizeu | Gilberto António Quifulo Mecota

Versão eletrónica

URL: <https://ciencia.unikivi.ao>

Data de publicação: 08-05-2025. Páginas: 12

Editor

Revista Científica Interdisciplinar da UNIKIVI

Referência eletrónica

Sacala, A. C., Eliseu, G. J., & Mecoca, G. A. Q. (2025). Assimetrias no processo de redistribuição da renda em Angola: Uma análise comparativa entre a região norte e sul de Angola de 2019 a 2023. Revista da UNIKIVI. 01(01), 1-12.



ASSIMETRIAS NO PROCESSO DE REDISTRIBUIÇÃO DA RENDA EM ANGOLA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A REGIÃO NORTE E SUL DE ANGOLA DE 2019 A 2023

Asymmetries in the process of Income Redistribution in Angola: A Comparative Analysis between the Northern and Southern Regions from 2019 to 2023

Alexandre Costa Sacala

Faculdade de Economia da Universidade Kimpa Vita, Uíge, Angola
alexandresacalaas@gmail.com | ORCID: 0009-0006-6771-7913

Gilberto José Eliseu

Instituto Superior Politécnico Privado do Uíge, Uíge, Angola
gilbertojoseeelizeu@email.com | ORCID: 0009-0003-7119-4826

Gilberto António Quifulo Mecoca,

Ministério da Educação, Uíge, Angola
gilmecoca10@email.com | ORCID: 0009-0001-8156-4240

RESUMO

Este artigo analisa a redistribuição da renda em Angola, avaliando os impactos desta redistribuição desigual da renda e dos investimentos públicos e privados. A pesquisa concentra-se nas regiões Sul (províncias de Benguela, Huambo e Namibe) e Norte (províncias do Uíge, Zaire e Kwanza Norte), utilizando uma abordagem mista que combina métodos quantitativos e bibliográficos. O objectivo central foi comparar o nível de desenvolvimento dessas regiões e compreender os efeitos da disparidade económica e social na qualidade de vida das populações. Os resultados apontam para uma concentração significativa de investimentos no Sul, onde o total da despesa pública entre 2019 e 2023 foi de AOA 2,06 trilhões, enquanto no Norte esse valor foi AOA 1,65 trilhões, resultando em uma diferença de AOA 406 bilhões. Esse desnível reflecte-se na infra-estrutura, educação e saúde, com o Norte registando défices severos nesses sectores. Dados indicam que o Sul recebe 2,6 % do Orçamento Geral do Estado (OGE), enquanto o Norte recebe 2,1 %, o que reforça a desigualdade no acesso aos serviços essenciais. A análise estatística mostra que as províncias do Sul apresentam melhores índices de desenvolvimento económico, com maior presença de empresas, oportunidades de emprego e serviços sociais estruturados, enquanto o Norte sofre com altas taxas de pobreza, falta de infraestrutura básica e precariedade nos serviços públicos. Além disso, verificou-se que a província do Uíge – da região Norte, apesar de ser a mais populosa recebe, menos recursos que a província de Benguela da região Sul, o que compromete seu crescimento sustentável. Conclui-se que a redistribuição desigual da renda

em Angola perpetua as desigualdades regionais e limita o crescimento equitativo do país. Recomenda-se a implementação de políticas públicas mais justas e equitativas priorizando, investimentos estratégicos em infra-estrutura e serviços sociais no Norte promovendo, um desenvolvimento regional mais equilibrado.

Palavras-chave: Disparidade, redistribuição de renda, desenvolvimento.

ABSTRACT

This article examines income redistribution in Angola, assessing the impacts of this unequal distribution of income and public and private investments. The research focuses on the Southern regions (provinces of Benguela, Huambo, and Namibe) and the Northern regions (provinces of Uíge, Zaire, and Kwanza Norte), using a mixed approach that combines quantitative and bibliographic methods. The central objective was to compare the level of development in these regions and understand the effects of economic and social disparities on the quality of life of the populations. The results indicate a significant concentration of investments in the South, where total public expenditure between 2019 and 2023 amounted to AOA 2.06 trillion, while in the North, this figure was AOA 1.65 trillion, resulting in a difference of AOA 406 billion. This disparity is reflected in infrastructure, education and health, with the North experiencing severe deficits in these sectors. Data shows that the South receives 2.6 % of the General State Budget (GSB), while the North receives 2.1 %, further reinforcing inequality in access to essential services. Statistical analysis reveals that the southern provinces exhibit better economic development indicators, with a greater presence of businesses, job opportunities, and structured social services, while the North suffers from high poverty rates, lack of basic infrastructure, and precarious public services. Additionally, it was found that the province of Uíge – from the northern region, despite being the most populous, receives fewer resources than Benguela from the southern region, which hinders its sustainable growth. It is concluded that the unequal redistribution of income in Angola perpetuates regional disparities and limits the country's equitable growth. The implementation of fairer and more equitable public policies is recommended, prioritizing strategic investments in infrastructure and social services in the North to promote more balanced regional development.

Keywords: Disparity, income redistribution, development.

1 INTRODUÇÃO

Angola tem sido destacada, como um caso de estudo no que diz respeito à estabilização macro-económica e ao crescimento da sua economia, especialmente a partir de 2002. Embora esse cenário esteja fortemente correlacionado com a dinâmica da economia global, particularmente com a procura e os preços do petróleo, é importante reconhecer o papel crucial desempenhado pelos Ministros das Finanças e pelos Governadores do Banco Nacional de Angola entre 2000 e 2008. Estes foram responsáveis pela concepção e implementação de políticas de ajustamento macro-económico, que serviram como alicerce para o impressionante crescimento económico registado nesse período. As bases metodológicas que sustentaram essa estabilização, transformaram-na de um evento pontual num elemento rotineiro da economia angolana exigindo, contudo, conhecimentos científicos, capacidade de análise, habilidades de gestão, flexibilidade nas medidas e políticas adoptadas, e competência para intervenções rápidas e eficazes. A combinação de estabilização com crescimento foi assim, o factor que tornou Angola um caso especial, reforçado pela postura assertiva que as autoridades governativas adoptaram perante o Fundo Monetário Internacional em questões relacionadas ao modelo de gestão macro-económica. No entanto, as dissemelhanças no processo de crescimento económico a nível das regiões, surgem agora como um dos maiores desafios. As evidências empíricas até ao momento revelam, uma concentração excessiva, injusta e economicamente contra-producente dos benefícios do crescimento, em apenas uma parte muito reduzida da população e em um número limitado de sectores económicos. As assimetrias regionais são alarmantes, gerando uma estratificação social profundamente

desigual e moralmente questionável, ao marginalizar uma parcela significativa da população, relegada às condições de vida precárias, e a um acesso limitado às oportunidades económicas e sociais. Em várias regiões do país, persistem situações de fome endémica, agravadas pela falta de infraestruturas básicas e acessíveis. Este cenário evidencia a urgência de políticas que promovam, uma redistribuição mais justa e inclusiva dos frutos do crescimento económico (Rocha, 2010). Em função disso, procurou-se responder a seguinte questão: Qual é o impacto da desigualdade, na redistribuição da renda entre as regiões norte e sul de Angola?

Em primeira instância, essa pergunta pode ser respondida hipoteticamente, na visão de que essa situação da desigualdade tem contribuído para disparidades no desenvolvimento regional de Angola resultando, numa lacuna significativa, no acesso a oportunidades económicas, serviços sociais e qualidade de vida entre as populações das duas regiões.

Por essa razão foi motivado, o desenvolvimento do presente estudo com o objectivo de realizar, uma análise comparativa abrangente da redistribuição da renda e desenvolvimento regional entre a região norte e sul de Angola, especificamente nas províncias de Benguela, Huambo e Namibe e Uíge, Zaire e Kwanza Norte. Para o alcance deste objectivo foi utilizado, uma abordagem mista, através da combinação dos métodos quantitativos, para a recolha e tratamento dos dados, o método bibliográfico para a revisão da literatura subsidiados, e as técnicas estatística e documental.

2 ESTADO DA ARTE

2.1 Desenvolvimento económico e regional

Os estudos sobre desenvolvimento económico começaram a ganhar destaque apenas no século XX. Antes desse período, os governos concentravam-se exclusivamente no crescimento económico, partindo do pressuposto de que esse crescimento, por si só, seria suficiente para gerar desenvolvimento. No entanto, o desenvolvimento socioeconómico transcende o conceito de crescimento económico – entendido como a expansão do produto interno de uma economia e das melhorias nas condições de vida da população, envolvendo aspectos como acesso a emprego, moradia, saneamento básico, lazer e outros factores essenciais.

Nesse contexto, Eberhardt e Jandir (2012) argumentam que o desenvolvimento, em seu sentido mais amplo, envolve o bem-estar geral da sociedade. Dessa forma, a produção per capita torna-se um indicador relevante para avaliar a produtividade dos habitantes de uma região. No entanto, outros factores, como o nível de educação, a capacidade de organização colectiva, o sentimento de pertencimento, o empreendedorismo e a redistribuição de renda, são igualmente cruciais para promover transformações quantitativas e qualitativas nas economias. Essas mudanças, por sua vez, impulsionam o avanço do estágio de desenvolvimento económico. Entretanto, é importante destacar que o desenvolvimento económico não ocorre de forma espontânea; ele requer planeamento estratégico, que está directamente ligado às metas governamentais, ou seja, à intervenção do Estado na economia regional.

Ao estudar sobre o desenvolvimento equilibrado, Nurkse (1953) faz referência que este dificilmente ocorreria de forma espontânea. Por isso acreditava fundamental a intervenção pública para garantir que as redistribuições adequadas dos investimentos em diferentes sectores fossem coordenadas para promover o crescimento simultâneo.

Como observa Rachell e Janet (1977), o desenvolvimento regional busca corrigir desigualdades regionais resultantes de factores históricos, geográficos e económicos que favorecem o crescimento em determinadas áreas em detrimento de outras. É possível identificar os objectivos fundamentais do desenvolvimento regional através dos seguintes aspectos: combate as assimetrias regionais, aproveitamento dos recursos e potencialidades endógenas das regiões, promoção do ordenamento do território e a garantia da participação dos cidadãos na resolução dos problemas socioeconómicos. Segundo a Comissão Económica para América Latina e Caraíbas (CEPAL, 1971, como citado em Mattos, 1977, p. 21).

O desenvolvimento regional na percepção de Lopes (1984, como citado em De Oliveira, 2012) será o fio condutor de orientação na necessidade de elaborar políticas e formular planos que as

programem em suas devidas proporções, levando em consideração as características que as regiões se apresentam, sejam elas subdesenvolvidas, deprimidas ou congestionadas. Neste sentido, partindo do pressuposto de que as regiões são por natureza heterogêneas a nível geográfico e demográfico, as políticas de desenvolvimento regional devem englobar estratégias voltadas a promover a competitividade e a sustentabilidade de regiões específicas no intuito de mitigar as assimetrias económicas e sociais entre diferentes regiões.

Surge nessa linha Aydalot (1985, como citado em Oliveira, 2021) assegurando que a abordagem do desenvolvimento regional deve ser realizada por estudos empíricos, a fim de identificar problemas específicos e diferenciados, exigindo, portanto, planeamento. Visão partilhada por Myrdal (1960) ao fundamentar que o desenvolvimento regional é frequentemente influenciado por processos de circularidade cumulativa que ampliam as desigualdades regionais, razão pela qual, o autor destaca que cabe ao Estado por meio dos investimentos públicos, remediar à situação de desigualdade pela anulação ou minimização dos chamados efeitos regressivos. Nesta mesma índole, Kozłowski e Turkowski (2024) destacam ainda a necessidade de criar condições de desenvolvimento a níveis das regiões ser um aspecto decisivo, sendo que as regiões que dispõem destas condições (como energia, água, gestão de resíduos e transportes públicos e muito mais são mais proactivos e com maior capacidade físicas para atrair investimentos privados.

2.2 Redistribuição da renda e desenvolvimento económico

Em economia, a redistribuição refere-se a políticas e mecanismos que buscam reduzir as desigualdades económicas e sociais dentro de um país ou região, geralmente por meio da intervenção estatal. Isso pode ser realizado através de sistemas tributários progressivos, transferências de renda, subsídios, oferta de serviços públicos e garantia de acesso à educação e saúde. Embora a redistribuição traga benefícios evidentes para o desenvolvimento, sua implementação enfrenta diversos desafios. Há debates sobre a eficácia de diferentes estratégias, o possível desestímulo à produtividade e a influência de interesses políticos e económicos. Portanto, encontrar um equilíbrio entre políticas redistributivas e crescimento económico é crucial para um desenvolvimento harmonioso e inclusivo (Sandy, 2005).

Essa redistribuição é realizada principalmente por meio do Orçamento Geral do Estado (OGE), especialmente através das despesas públicas. A relação entre as despesas públicas e o desenvolvimento regional é um elemento central para promover um crescimento equilibrado e equitativo entre as diferentes regiões de um país. Segundo Ezeabasili (1956, como citado em Muacassange, 2024), as despesas públicas têm como objectivo financiar serviços e realizar investimentos que beneficiem a sociedade, desde que sigam critérios como utilidade, legitimidade, discussão pública, capacidade contributiva e hierarquia de gastos. Esses princípios são essenciais para assegurar que os recursos públicos sejam alocados de forma eficiente e justa, atendendo às necessidades reais da população, sobretudo nas regiões mais carentes.

Estudos sobre a redistribuição de renda e seus impactos no desenvolvimento socioeconómico têm sido amplamente debatidos na literatura académica. Pesquisas conduzidas por Dimaki et al. (2010) e Rachell e Janet (1977) destacam a relevância de uma redistribuição mais equitativa de recursos para impulsionar o crescimento económico, reduzir a pobreza, fortalecer a coesão social e melhorar os indicadores de saúde. Esses estudos sugerem que, quando a distribuição e redistribuição de renda são desiguais, surgem problemas socioeconómicos significativos, como os mencionados anteriormente. Em seu estudo sobre Tributação e Redistribuição contra a Desigualdade Bertotti (2022) conclui que as políticas de redistribuição de rendimentos podem levar a uma menor desigualdade económica na sociedade, abordando o desenvolvimento desigual promovendo a mobilidade social e reduzindo as disparidades, contribuindo em última análise para objectivos de desenvolvimento sustentável que visam reduzir a desigualdade dentro e entre os países.

Dimaki et al. (2010) argumentam que a redistribuição equitativa da renda, por meio de gastos públicos, favorece um crescimento económico mais sustentável e inclusivo. Quando a renda é distribuída de forma mais igualitária, observa-se um aumento no consumo e na demanda

agregada, o que estimula a produção e, conseqüentemente, o crescimento económico. Esse ciclo virtuoso é especialmente relevante em economias emergentes, onde grandes segmentos da população podem estar excluídos do mercado consumidor devido à baixa renda. Ideia reforçada por Ningrum et al. (2024) ao destacarem a importância da redistribuição dos rendimentos para fazer face às assimetrias regionais. Para os autores, factores como a desigualdade no acesso à educação, aos recursos e às infraestruturas contribuem para esta lacuna, exigindo esforços integrados para promover oportunidades equitativas e melhorar o bem-estar geral da sociedade.

Stewart (2001) também ressalta que a desigualdade nos gastos públicos pode dificultar a redução da pobreza. Em sua pesquisa, ele demonstra que políticas redistributivas não apenas melhoram as condições de vida das populações mais vulneráveis, mas também ampliam a capacidade do Estado de investir em serviços públicos essenciais, como educação e saúde. Esses investimentos, por sua vez, criam uma base mais sólida para o desenvolvimento humano e económico a longo prazo.

Rachell e Janet (1977) exploram a relação entre investimento público, coesão social e saúde. Eles destacam que sociedades com menor desigualdade de renda tendem a apresentar níveis mais elevados de coesão social e confiança mútua, o que reduz conflitos (como no caso de Cabinda, onde a FLEC perpetua tensões civis) e promove um ambiente mais estável, propício ao desenvolvimento. Além disso, os autores mostram que a desigualdade de renda está correlacionada com indicadores de saúde mais precários, como menor expectativa de vida e maior incidência de doenças. Isso ocorre porque a desigualdade restringe o acesso da população a cuidados de saúde de qualidade e a outros determinantes sociais do bem-estar.

No entanto, a questão da redistribuição desigual de renda, não se limita somente a Angola, mas também presente aos países africanos ou às nações em desenvolvimento. Trata-se de um desafio global que afecta tanto países desenvolvidos quanto aqueles em desenvolvimento. Segundo Stewart (2000), as tendências recentes indicam que, apesar da busca por uma redistribuição de renda mais justa, a desigualdade tem aumentado na maioria dos países nas últimas décadas. Esse crescimento da desigualdade ocorreu independentemente das taxas de crescimento económico, afectando tanto economias de alto quanto de baixo desempenho. O estudo de Sandy (2005) deixa evidente a necessidade de políticas que considerem os efeitos espaciais e promovam um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo. Esses princípios são igualmente aplicáveis ao contexto angolano, onde as disparidades regionais exigem abordagens específicas para garantir um progresso socioeconómico mais justo e sustentável.

2.3 Orçamento geral do estado como instrumento de gestão pública

O orçamento do Estado, ou seja, a administração financeira de um Estado para cada ano, exerce forte impacto no dia-a-dia das famílias e empresas. É sabido que todos os anos, o Governo apresenta à Assembleia Nacional uma proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE), onde constam as linhas mestras para governar financeiramente o país. Este documento deve ser apresentado no Parlamento da primeira quinzena de outubro e votado até a segunda quinzena de dezembro de cada ano. Desta forma e conforme à Constituição da República de Angola (2010), no seu artigo 104º, alinha 1) afirma que «o Orçamento Geral do Estado constitui o plano financeiro anual ou plurianual consolidado do Estado e deve reflectir os objectivos, as metas e as acções contidas nos instrumentos de planeamento nacional» (GoA, 2010, p.158).

Segundo Donin e Conte (1989, como citado em Santos, 2011) «o orçamento público é a base para as instituições iniciarem o processo de execução orçamentária e financeira, buscando atingir as metas estabelecidas em seus programas e acções governamentais», que visa melhorar a qualidade de vida e o desempenho das regiões. Segundo os mesmos autores o «orçamento é um plano expresso em termos de dinheiro». Para isso, elaboram-se planos de médio prazo onde são esboçadas as acções a serem desenvolvidas para os próximos anos. O OGE tem funções económicas que consistem em relacionar as receitas com as despesas, na medida em que o Estado, ao prever as suas receitas, deve assegurar-se que estas bastem para cobrir as despesas. Portanto, na definição das despesas, o total do OGE representa a

soma de todos os gastos dos serviços públicos. Essas despesas incluem todos os custos assumidos pelo Estado, pelas autarquias e pelos órgãos que deles dependem.

O OGE é o instrumento que revela quanto o Estado planeia gastar para a organização e o funcionamento de cada um dos seus serviços. Como tal, os elementos que compõem o OGE, segundo Santos (2011) são: a previsão sendo um elemento económico – significa que o orçamento se constitui num mapa de previsão de receitas que o Estado irá cobrar e de despesas que irá realizar. As receitas e despesas inscritas no OGE não se referem ao passado nem ao presente, mas sim ao futuro; - a limitação no tempo, ou seja, o elemento jurídico – tal como na generalidade da actividade económica das empresas e dos indivíduos; a autorização que é o elemento político – significa que a cobrança de receitas e a realização de despesas por parte do Estado carecem de autorização prévia dos representantes do povo que são os deputados.

2.4 Redistribuição funcional de renda

O crescimento económico dos países constitui, sem dúvida, um tema central da ciência económica, desde a obra fundamental de Adam Smith, intitulada **«Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações, publicada em 1776»**. E a redistribuição da renda tem sido também um tema básico das ciências sociais, inclusive da Economia. Outro economista clássico, David Ricardo, escrevendo no começo do século XIX, considerou que o principal objectivo da Economia Política hoje denominada Ciência Económica ou simplesmente Economia, foi para explicar a redistribuição do produto nacional entre proprietários de terra, donos de capital e trabalhadores, na forma de renda, lucros, juros e salários respetivamente. Esse problema é conhecido hoje como “redistribuição funcional da renda” (Sandy, 2005).

A redistribuição funcional de renda representa a análise e repartição do PIB por parte dos proprietários de capital e trabalhadores assalariados, ou seja, é o modo como se processa a repartição de riqueza e dos bens socialmente produzidos entre os habitantes e os diferentes estratos sociais da população de um país ou região.

Por definição, a redistribuição funcional da renda se refere a forma como a renda gerada pela economia é distribuída entre os diferentes factores de produção, como trabalho e capital. A redistribuição funcional da renda é relevante porque influencia a desigualdade de renda na sociedade e pode afectar o crescimento económico e o bem-estar geral da população (Dimaki, 2010).

3 MÉTODOS

3.1 Métodos e Técnicas utilizados

Toda pesquisa científica requer um procedimento ou caminho estruturado para alcançar seus objectivos, uma vez que a finalidade da ciência é a busca pelo conhecimento. O método científico pode ser entendido como um conjunto de procedimentos sistemáticos adotados com o propósito de gerar conhecimento válido e confiável (Prodanov & Freitas, 2013).

Nesta pesquisa, a variável de estudo é a dotação de despesas orçamentais por localidade (Gastos Públicos), pois, conforme Attílio (2022):

A redistribuição de rendimentos pode potenciar o crescimento do PIB, particularmente nas economias com maior desigualdade. O desenvolvimento financeiro desempenha um papel crucial, mitigando os impactos negativos da desigualdade e amplificando os efeitos positivos da redistribuição, especialmente em grupos mais igualitários. p.68

Para responder à pergunta central da pesquisa, foram utilizados os seguintes métodos e técnicas, organizados em etapas específicas:

- Pesquisa bibliográfica - A primeira etapa consistirá em uma revisão bibliográfica abrangente, focada em livros, artigos científicos, relatórios e documentos que abordam o tema tanto em contextos gerais quanto específicos ao caso de Angola. Conforme Andrade, (2003) «essa etapa permitiu consolidar o conhecimento teórico existente,

identificar lacunas na literatura e compreender as principais abordagens e conclusões de estudos anteriores».

- Método hipotético-dedutivo - Este método foi utilizado para formular hipóteses com base na problemática observada e foram testadas por meio de inferência dedutiva. Inicialmente, foram elaboradas perguntas de pesquisa relacionadas ao tema, em seguida, formulou-se hipóteses que foram testadas ao longo do estudo. Conforme Prodanov e Freitas (2013), esse método permitiu validar ou refutar as hipóteses propostas, contribuindo para a construção de conhecimento científico.
- Recolha de Dados - A segunda etapa consistiu na obtenção de dados sobre a redistribuição das despesas orçamentais nas diferentes regiões de Angola, no período em estudo. As fontes dos dados, foram os organismos nacionais, como: Ministério das Finanças (Minfin), Ministério da Economia e Planeamento (Minecoplan), Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), relatórios dos governos provinciais e pesquisas independentes.
- Análise Estatística - Após a colecta, os dados foram organizados e analisados por meio de técnicas estatísticas, que incluíram a análise descritiva para resumir e descrever as principais características dos dados.
- Método Comparativo – Foi realizada uma análise comparativa entre as diferentes regiões de Angola, com o objectivo de identificar divergências e convergências nas variáveis estudadas. Essa abordagem ajudou a compreender como as disparidades regionais surgiram e evoluíram, bem como os factores que contribuíram para essas desigualdades. Para facilitar a interpretação dos resultados, foram utilizadas técnicas de visualização de dados, como gráficos, tabelas e mapas temáticos, que permitiram apresentar os dados de forma clara e intuitiva.
- Interpretação e discussão dos resultados - Por fim, os resultados obtidos foram interpretados à luz da revisão bibliográfica e das hipóteses formuladas. A discussão abordou as implicações das despesas públicas no desenvolvimento regional, destacando os desafios e oportunidades para a promoção de um crescimento mais equilibrado e inclusivo em Angola.

3.2. Amostragem

Em relação a população-alvo, a presente pesquisa abrange as populações das regiões Norte e Sul de Angola. Especificamente, serão consideradas as províncias que representam de forma significativa as características socioeconómicas de cada região. A amostragem é uma técnica indispensável na pesquisa, especialmente quando se estuda um conjunto de muitos dados (Gil, 2002).

Nesta senda, a amostra foi composta por dados essencialmente económicos das províncias seleccionadas. Nomeadamente a província do Uíge, Zaire e Kwanza-Norte para a região Norte de Angola e as províncias de Benguela, Huambo e Namibe para a região Sul. Relativamente aos critérios de selecção, essas províncias foram escolhidas com base em critérios de relevância económica, densidade populacional, e acessibilidade aos dados. Aquelas que apresentam maior disparidade em termos de desenvolvimento económico e redistribuição de renda foram priorizadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Resultados

4.1.1 Análise individual da despesa pública por província

Em relação à evolução da despesa pública por província na economia angolana, ao longo do período analisado, a despesa pública em geral cresceu a um ritmo satisfatório, principalmente para as províncias de Benguela e Huambo. No que diz respeito ao Namibe, apesar da evolução durante o período da amostra, o seu valor permaneceu consistentemente abaixo das outras províncias da região sul. Quanto à região Norte (Kwanza Norte, Uíge e Zaire), a despesa pública no período em estudo apresentou um crescimento contínuo, com destaque

para a província de Kwanza Norte que recebeu maior alocação de recursos, atingindo o pico em 2023 (Vide a tabela nº 1), indicando assim uma maior concentração de recursos públicos nesta província.

a) Redistribuição da despesa por província e região

Uma análise mais apurada em relação as províncias do Norte, apenas o Kwanza Norte apresentou uma tendência de crescimento em todos os anos da amostra, embora com taxas de crescimento muito baixas. Por outro lado, os gastos públicos na província do Uíge conheceram uma regressão, diminuindo de 97 bilhões de Kwanzas em 2020 para 87 bilhões de Kwanzas em 2021. Da mesma forma, na província do Zaire diminuíram de 72 bilhões de Kwanzas em 2019 para 70 bilhões de Kwanzas em 2020.

Tabela 1

Redistribuição da despesa por província e região

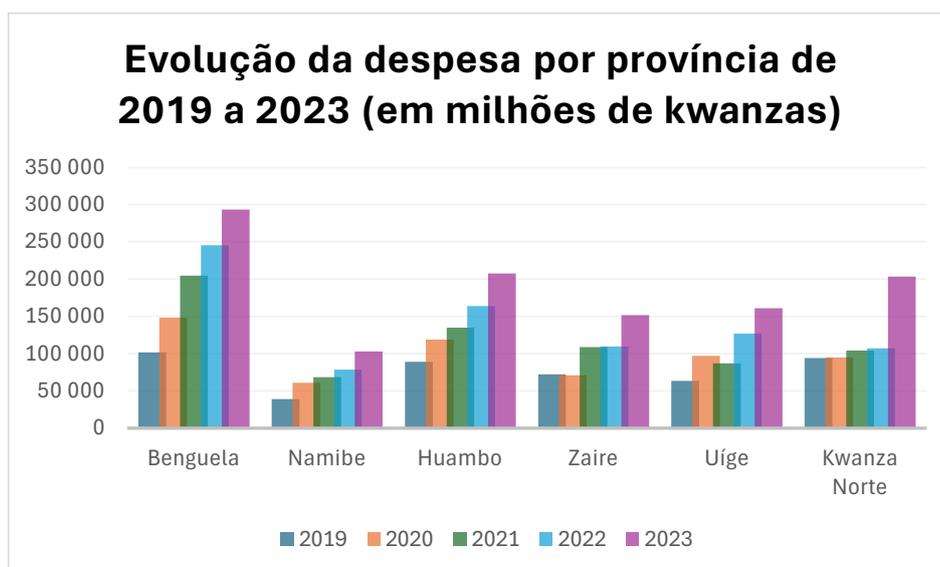
Ano	Região Sul			Região Norte			Total
	Benguela	Namibe	Huambo	Zaire	Uíge	Kwanza Norte	
2019	101 956 007 274,00	39 209 092 264,00	89 387 394 976,00	72 508 192 458,00	63 611 682 038,00	94 372 966 107,00	10 400 865 675 100,00
2020	148 622 216 915,00	61 255 513 680,00	119 239 612 182,00	70 997 990 896,00	97 080 958 929,00	95 058 150 576,00	15 970 605 826 135,00
2021	205 027 165 194,00	68 730 903 889,00	135 036 984 379,00	108 998 633 507,00	87 336 174 662,00	104 205 485 686,00	14 785 200 965 825,00
2022	245 424 940 369,00	78 783 540 286,00	163 987 277 667,00	109 925 090 098,00	127 021 241 161,00	107 293 445 434,00	18 745 288 200 030,00
2023	293 373 752 220,00	103 266 180 670,00	207 719 657 683,00	151 900 566 180,00	161 081 394 305,00	203 405 257 462,00	20 104 207 404 872,00
Σ	994 404 081 972,00	351 245 230 789,00	715 370 926 887,00	514 330 473 139,00	536 131 451 095,00	604 335 305 265,00	80 006 168 071 962,00
Média	198 880 816 394,40	70 249 046 157,80	143 074 185 377,40	102 866 094 627,80	107 226 290 219,00	120 867 061 053,00	16 001 233 614 392,40

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do MINFIN, (2024)

De forma individual, os dados mostram o significativo volume de recursos alocados para a Benguela ao longo do período.

Figura 1

Evolução da despesa por província 2019-2023



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da tabela nº 1, (2024)

O crescimento das despesas é acentuado a partir de 2020, atingindo o pico em 2023 com um valor superior a 300 trilhões de Kwanzas. Isso é um indicador de que esta província tem tido prioridade de investimentos na região, possivelmente em infraestruturas, sector produtivo ou serviços públicos. Por outro lado, Namibe recebe o menor volume de recursos dentre as

províncias analisadas. Embora haja um leve crescimento nas despesas entre 2019 e 2023, a diferença em relação às demais províncias sugere uma baixa prioridade nos investimentos públicos. Isso é um reflexo das dificuldades no desenvolvimento económico da província, limitando a expansão de serviços essenciais e infraestrutura.

4.1.2 Evolução da despesa pública por região

Conforme já foi mencionado anteriormente, este estudo está a ser feito em seis províncias das regiões Norte e Sul. Observando a tabela (2), vê-se que a despesa feita na região sul é superior em relação à feita na região norte (2 061 020 239 648,0 > 1 654 797 229 499,0), resultando numa diferença de 406 223 010 149,0 ou seja, 24,5 %. Essa diferença na alocação de despesa tem impactos directos sobre o nível de desenvolvimento dessas regiões, em que facilmente se verifica um maior nível de desenvolvimento nas províncias do Sul (Huambo, Benguela e Namibe) em comparação com as do Norte (Uíge, Zaire e Kwanza Norte).

Tabela 2

Estatística descritiva da despesa por região

Descrição	Região Norte	Região Sul	Diferença	
			Valor Absoluto	%
Total	1 654 797 229 499,0	2 061 020 239 648,0	406 223 010 149,0	24,54882
Média	110 319 815 299,9	137 401 349 309,9	27 081 534 009,9	24,5482
Desvio padrão	70 711 181 385,0	36 190 504 334,0	70 711 181 384,7	-
Peso	2,6 %	2,1 %	0,5 %	-

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do MINFIN, (2024)

Em termos médio, a região sul (províncias de Benguela, Huambo e Namibe) nos últimos cinco anos, recebeu um investimento de 137 401 349 309,9, ou seja, 2,6 % do OGE de 2019 a 2023, enquanto a região norte (províncias de Uíge, Zaire e Kwanza Norte), neste mesmo período recebeu em média um investimento de 110 319 815 299,9 ou seja, 2,1 % do OGE deste período, resultando num diferencial de 27 081 534 009,9 ou 0,5 % do OGE.

4.2 Discussão de resultados

Os resultados mostraram uma discrepância nos níveis de desenvolvimento entre a Região Norte e sul, isso tem impactos directos sobre o desenvolvimento dessas regiões, tais como:

Sabe-se que os investimentos públicos estimulam o investimento privado. Como vimos a região Sul recebe mais investimentos que a região Norte, por isso vê-se nesta região mais empresas e empreendimento tanto privado como públicas, resultando assim em melhor estilo de vida das populações, mais postos de empregos para esta região;

Défice no sector de educação e saúde (Rocha, 2010): dado que o OGE representa as despesas por sector e província, significa que com superioridade de despesas no Sul em detrimento do Norte, sectores como educação e saúde sofrem maiores cortes, aliás, é tendência no OGE de Angola nos últimos anos, verificar-se uma queda na quota dedicada a saúde e educação, como consequência temos um sistema de educação e saúde bastante débil. É comum nas províncias da região Norte (particularmente Uíge) ver-se crianças a estudarem ao ar livre e/ou debaixo de árvores como consequência da fraca aposta no sector da educação, e quanto ao sector da saúde, na maioria dos hospitais regista-se com grande frequência a ausência de medicamentos e até mesmo de luvas, onde o paciente é obrigado a comprar a medicação fora (Rocha, 2010).

5 CONCLUSÃO

Com base nos resultados obtidos nesta pesquisa, pode-se concluir em termos médios, a região Sul nos últimos cinco anos, recebeu 2,6 % do OGE, ou seja, 2 061 020 239 648,0 Kwanzas, enquanto a região norte recebeu 1 654 797 229 499,0 Kwanzas, o que corresponde a 2,1% do OGE, provando assim que existe uma diferença de 0,5 % na alocação de recursos entre as regiões em estudo. As consequências dessa diferença de cerca de 406 223 010 149,0 Kwanzas compreendem entre outras, um fraco desenvolvimento económico nas províncias do Norte e debilidades no sector de educação e saúde na região Norte, onde há alunos estudando debaixo de árvores e falta de medicamentos nos hospitais.

Aproveitamos a oportunidade para sugerir ao governo uma redistribuição mais justa da renda, porque não se percebe como é que a província do Uíge, província com mais municípios a nível do país, recebe uma fatia do OGE inferior em relação à Benguela. Porque uma redistribuição mais equitativa da renda funcional pode contribuir para uma sociedade mais justa e estável com desenvolvimento mais equilibrado em todo território nacional, é preciso aplicar o princípio de equidade na redistribuição da renda nacional.

6 REFERÊNCIAS

- Andrade, M. M. (2003). *Introdução à metodologia do trabalho científico*, 6ª ed., Atlas Editora.
- Attílio, L. (2022). Redistribution, inequality, and growth: gvar approach. In *Investigacion economica*, 81(321), 62. <https://doi.org/10.22201/fe.01851667p.2022.321.81800>.
- Bertotti, M. L. (2022). Taxation and redistribution against inequality: A Mathematical model. *IntechOpen eBooks*. <https://doi.org/10.5772/intechopen.100939>.
- De Oliveira, S. (2012). Olhar a pobreza em Angola: causas, consequências e estratégias para a sua erradicação. In *ciências sociais*, Unisinos, 48 (1), 29-40. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/938/93823702005.pdf>.
- Eberhardt, P. H. de Cesaro, & Ferrera De Lima, J. (2012). Evolução e estágio do desenvolvimento regional: O caso das regiões do Paraná. *Desenvolvimento regional em debate*. In *Research gate*, 2(1), 189-203. <https://doi.org/10.24302/drd.v2i1.197>.
- Gil, A.C. (2002). *Como elaborar projectos de pesquisa*, 4ª ed. Atlas.
- Governo de Angola (GoA). (2010). *Constituição da República de Angola*, 2010. Diário da República, Órgão oficial da República de Angola, N.º 23(I série), 1–187.
- Dimaki, K., Angelis, V., & Gaki, E. (2010). Regional development and income distribution the case of Greece. In *Researchgate*, 1-20. <https://www.researchgate.net/publication/341112582>.
- Kozłowski W., & Turkowski, K. (2024). A sustainable model of municipal economy. *Ekonomia i Środowisko*, <https://doi.org/10.34659/eis.2023.87.4.587>.
- Mattos, C. (1977). *Planejamento regional em escala regional*. Appris.
- Myrdal, G. (1960). *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Textos de Economia Contemporânea. (E. C. Lima, trad.). USP-FEA. Disponível em: <http://www.projetos.unijui.edu.br/economia/files/Myrdal.pdf>.
- Muacassange, E. F. G. (2024). Razões que influenciam o baixo nível de desenvolvimento económico no Município do Chitato, Província da Lunda-Norte. “Uma proposta para o progresso económico do município do Chitato (2018-2023).
- Ningrum, E. P., Sumarno, M., Nursyamsi, S. E., & Siregar, N. (2024). Faktor Terkait Kesenjangan Ekonomi dan Kesejahteraan. *Prive*, 7(2), 116–126. Disponível em: <https://doi.org/10.36815/prive.v7i2.3480>.
- Nurkse, R. (1953) *Problem of capital formation in underdeveloped countries*. Oxford University Press.

- Prodanov, C.C., & De Freitas, E. C. (2013). Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico (2ª edição). Feevale.
- Oliveira, N. M. (2021). Revisando algumas teorias do desenvolvimento regional. Informe GEPEC, 25(1), 203-219. <https://doi.org/10.48075/igepec.v25i1.25561>.
- Rachell, M., & Janet, L., Y. (1977). Factor mobility, regional development, and the distribution of income. *Journal of Political Economy*. <https://doi.org/10.1086/260546>.
- Rocha, M. J. Alves Da. (2010). Desigualdades e assimetrias regionais em Angola - os factores de competitividade territorial. Luanda: Centro de Estudos e Investigação Científica / Universidade Católica de Angola. Disponível em: https://www.academia.edu/36426311/MANUEL_JOS%89_ALVES_DA_ROCHA_DES_IGUALDADES_E_ASSIMETRIAS_REGIONAIS_EM_ANGOLA_OS_FACTORES_DE_COMPETITIVIDADE_TERRITORIAL_UNIVERSIDADE_CAT%93LICA_DE_ANGOLA_CENTRO_DE_ESTUDOS_E_INVESTIGA%87%83O_CIENT%8DFICA.
- Sandy, D. (2005). Distribution of regional income and regional funds in Europe 1989-1999: An exploratory spatial data analysis. In *Research Papers in Economics*. Disponível em: https://mpira.ub.uni-muenchen.de/1378/1/MPRA_paper_1378.pdf.
- Santos, R. T. (2011). *Finanças Públicas*: Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.
- Smith, A. (1776). Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações.
- Stewart, F (2000), *Income Distribution and Development*. In *ResearchGate*. (1), 1-37. DOI:10.4337/9781843767473.00014.